REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS

ISSN: 2237-6585

DE SAGONEIRA AO SALADO: A CONSOLIDAÇÃO DE UMA MEMÓRIA DA RECONQUISTA EM PORTUGAL (SÉCULO XIV)[1]

FROM SAGONEIRA TO SALADO: THE CONSOLIDATION OF A MEMORY OF THE RECONQUISTA IN PORTUGAL (14TH CENTURY)

Rodrigo Prates de Andrade
Meridianum (UFSC)

RESUMO

Momentos antes do início da chamada Batalha do Salado (1340), em um discurso imputado à Afonso IV pelo refundidor do *Livro de Linhagens* em meados de 1380, o monarca português lembrou seus vassalos das batalhas que opuseram cristãos e muçulmanos ao longo da história peninsular. O embate que seria travado às margens do rio Salado era parte de uma narrativa que se iniciava com a perda da Espanha e perpassava a reconquista daquelas terras por seus antepassados cristãos. Histórias que seriam compiladas entre as décadas de 1320 e 1340 no Livro de Linhagens e na Crónica de 1344, escritos de autoria de Pedro Afonso de Barcelos e que ainda no Trezentos passariam por diversas refundições. Buscamos aqui pormenorizar os diálogos inter e intratextuais estabelecidos entre estes textos e, por fim, dar a entender como do projeto autoral do conde de Barcelos às interpolações dos anônimos refundidores, a reconquista da Península Ibérica se consolidou enquanto uma memória coletiva capaz de ofertar sentido à Batalha do Salado.

PALAVRAS-CHAVE: HISTORIOGRAFIA MEDIEVAL; RECONQUISTA; PENÍNSULA IBÉRICA; PORTUGAL; BATALHA DO SALADO

ABSTRACT

On the eve of the so-called Battle of Salado (1340), in a speech attributed to Afonso IV by the reworker of the *Livro de Linhagens* around 1380, the Portuguese monarch reminded his vassals of the series of battles that had opposed Christians and Muslims across the Iberian history. The confrontation about to take place along the banks of the Salado River was presented as part of a broader narrative that began with the loss of Spain and extended through the reconquest of those lands by their Christian forebears. These narratives were compiled between the 1320s and 1340s in the *Livro de Linhagens* and the *Crónica de 1344*, both authored by Pedro Afonso de Barcelos, and later underwent multiple reworkings during the 14th century. This study seeks to analyze the inter- and

[1] Esse artigo compõe parte das reflexões presentes em nossa tese de doutoramento.

intratextual established between theses texts and, ultimately, to demonstrate how, from the authorial project of the Count of Barcelos to the interpolations of anonymous reworkers, the reconquista of the Iberian Peninsula was established as a collective memory, one capable of conferring meaning upon the Battle of Salado.

KEYWORDS: MEDIEVAL HISTORIOGRAPHY; RECONQUISTA; IBERIAN PENINSULA; PORTUGAL; BATTLE OF SALADO.

> Meus naturaes e meus va//ssalos, sabedes bem em como esta terra da Espanha foi por perduda por rei Rodrigo e ganhada pelos Mouros, e em como outra vez entrou Almançor, e em como os vossos avoos, donde descendedes, por gram seu trabalho e por mortes e lazeiras, ganharom o reino de Portugal. Em como el rei dom Afonso Anrequiz, com que a eles guanharom, lhis deu honras e coutos e liberdades e contias por que vivessem honrados [...] Olhade por estes Mouros que vos querem guanhar a Espanha, de que dizem que estam forçados, e hoje, este dia, a entendem de cobrar se nós nom formos vencedores. Poede em vossos corações de usardes do que usarom aqueles donde viides, como nom percades vossas molheres nem vossos filhos e o em que ham-de viver aqueles que depois vós veherem, os que i morrerem e viverem seeram salvos e nomeados pera sempre[2].

Na iminência daquela que seria conhecida como a "lide de Tarifa" ou a Batalha do Salado, travada em outubro de 1340, o refundidor[3] do *Livro de Linhagens*, aproximadamente quarenta anos após o conflito, imputou ao rei Afonso IV de Portugal (1291-1357) um discurso – um tópico comum a essas formas narrativas – que procurava ofertar sentidos tanto positivos quanto negativos a uma vitória ou derrota naquele entrave. Afinal, uma derrota culminaria não apenas na perda de suas terras, de suas mulheres e filhos, mas da própria honra que pesava em seus ombros. Por outro lado, a vitória lhes permitiria a salvação dessas honras, ao mesmo tempo que os alçaram na memória dos homens, no digno lugar que se encontravam seus antepassados.

Em suas palavras, Afonso IV desejava alimentar os espíritos daqueles que eram seus naturais e vassalos, para que, desse modo, saíssem vitoriosos naquela batalha. Ele lembrava como o rei Rodrigo (c. 687-711) perdeu a Espanha aos mouros[4], como Almançor (c. 939-1032) avançou por aquelas terras, mas também como seus ancestrais defenderam e mesmo retomaram aquilo que havia sido perdido.

---

[2]Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. *Portugalie Monumenta Historica*. Edição crítica por José Mattoso. Lisboa: Academia de Ciências, 1980. II Volumes, Título XXI, pp. 243-244.

[3]A refundição, enquanto prática fundamental do fazer historiográfico latino-cristão, consistia em um método pautado na reconfiguração de um determinado texto a partir do acréscimo de novas fontes e elementos. Em sua maioria anônimos, esses refundidores eram responsáveis pela autoria de diversos escritos produzidos na Cristandade Latina medieval.

[4]A figura do rei Dom Rodrigo é essencial para refletirmos acerca de uma memória da reconquista. As disputas políticas que se instauraram ao final de seu reinado – tomada, em alguns casos, como o princípio gerador da desarticulação do reino visigodo – e sua derrota diante dos exércitos que cruzaram o Estreito de Gibraltar foram pontos fundamentais na elaboração de um acervo das memórias ibéricas medievais.

Ora, o discurso do monarca português tem em sua essência um princípio de historicidade, isto é, ele alinha temporalmente os conflitos entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica a partir de uma modalidade cronológica entre passado, presente e futuro – a perda da Espanha, os feitos de seus antepassados, a Batalha do Salado e o destino de seus descendentes. Mais do que isso, se considerarmos o público ao qual se voltava o autor no alvorecer da década de 1380, isto é, uma nobreza acostumada com a guerra, mas também envolta em uma cultura laica e de gostos cavaleirescos, a historicidade das palavras do monarca deveria fazer sentido àqueles que as ouviam.

Podemos inferir que aqueles homens, sem muitas ressalvas, mesmo que parcialmente, conheciam as histórias que envolviam a derrota do rei Rodrigo, a chegada de Almançor e as empresas de seus ancestrais, afinal, ao nomeá-las, elas precisavam ser preenchidas de sentido. A perda da Espanha nas mãos do último rei visigodo, por exemplo, só teria seu peso reconhecido na batalha a ser travada às margens do rio Salado se ela existisse nas memórias dos envolvidos naquele conflito ou daqueles que décadas depois as ouviriam ou leriam em um livro voltado às linhagens da fidalguia ibérica.

E é justamente sobre essa memória da reconquista[5], em especial sua consolidação no Portugal trecentista, que versaremos nas próximas páginas. Para tanto, voltaremos nossos olhares à produção historiográfica de Pedro Afonso de Barcelos (1287-1354)[6] entre as décadas de 1320 e 1340, o *Livro*

[5]O emprego do vocábulo Reconquista ao estudo da Península Ibérica medieval compreende um profícuo campo de discussão. Seja por uma inexistência *ipsis litteris* desse conceito na documentação da altura ou por um profundo vínculo com o nacionalismo espanhol, o uso do conceito não é de longe consensual dentro dos círculos acadêmicos. No entanto, como procuramos demonstrar, a reconquista ainda pode ser considerada não apenas uma categoria útil à análise das realidades ibérico-cristãs na Idade Média, como também necessária, tendo em vista que, se as evidências que vinculam os cristãos do norte peninsular – populações que ficaram fora da órbita do poder omíada no século VIII – aos godos são envoltas de controvérsias, e a própria ideia de que o elo entre godos e asturianos se transformava em um direito primordial sobre aqueles territórios – a invisibilizar os múltiplos povos que ali viveram ao longo das centúrias – é igualmente problemática, não podemos desconsiderar que, de fato, entre os séculos XI e XV, os cristãos peninsulares elaboraram a ideia de uma re-conquista.

[6]Filho bastardo de Dom Dinis I (1261-1325) e, provavelmente, de uma dona oriunda da nobreza do reino, conhecida como Grácia Froes, Pedro Afonso foi um importante personagem da sociedade portuguesa no Trezentos. Nutrido na corte régia, algo que não era incomum aos bastardos daquela altura que circundavam a corte e o rei, isso permitiu a ele um alto nível educacional, algo que acabou por influir no seu afinco pela produção escrita, materializado na compilação de cantigas, crônicas e genealogias.

de Linhagens[7] e a *Crónica de 1344*[8], e as posteriores refundições de suas obras levadas a cabo na segunda metade do século XIV. Busca-se aqui pormenorizar os diálogos inter e intratextuais estabelecidos entre estes textos e, por fim, dar a entender como do projeto autoral do conde de Barcelos às interpolações dos anônimos refundidores, a reconquista da Península Ibérica se consolidou enquanto uma memória coletiva capaz de ofertar sentido à Batalha do Salado.

As narrativas do Salado

Acerca do entrave ocorrido em 30 de outubro de 1340, nos foram legadas algumas narrativas, de origens portuguesa e castelhana, como a *In sancta et admirabili Victoria Cristianorum,* preservada no mosteiro de Alcobaça, o *Poema de Alfonso XI* e a *Crónica de Alfonso XI*. Por outro lado, quando observamos, em especial, a historiografia portuguesa vernacular do Trezentos, nos encontramos diante de um problema. Se o conde de Barcelos – personagem ausente da lide de Tarifa – legou em seus textos um relato da batalha, esse relato acabou se perdendo de suas duas principais obras, o *Livro de Linhagens* e a *Crónica de 1344*. Contudo, devido a intervenções dos refundidores de seus escritos, podemos encontrar visões diferenciadas acerca do Salado estabelecidas ao final do século XIV.

No caso da refundição do *Livro de Linhagens* executada em 1380, é possível inferir que seu autor se trata de alguém próximo da linhagem dos Pereira, de modo que a narrativa da Batalha do Salado compõe o argumento que busca legitimar essa linhagem como herdeira dos da Maia. Já na *Crónica de 1344*, o relato daquele embate pode ser lido somente na tradução castelhana da segunda redação. Em sua materialização mais antiga, no manuscrito Q2 10815 da Biblioteca Nacional de Espanha, possivelmente copiado em meados do século XV, podemos ter conhecimento acerca de uma

[7]Os manuscritos originais do *Livro de Linhagens*, elaborados por Pedro Afonso de Barcelos entre 1320 e 1340, acabaram perdidos, restando-nos apenas traduções, cópias e refundições posteriores, compostas no decorrer dos séculos XIV e XV. No caso do nobiliário, seu texto passou por duas refundições anônimas: uma entre 1360-1365 e outra entre 1380-1383. Esse primeiro refundidor, como destaca José Mattoso, comungava do mesmo interesse genealógico de Pedro Afonso e muitas de suas intervenções se destacariam justamente pela atualização da descendência de algumas famílias. Sua segunda refundição, por outro lado, se caracterizaria menos por uma preocupação genealógica e mais por uma exaltação da linhagem portuguesa dos Pereira e, especificamente, do Frei Álvaro Gonçalves, como se evidencia no Título XXI do livro, o mais narrativo da obra e que culmina nos feitos da Batalha do Salado. (MATTOSO, José. "Introdução". Em: *Portugalie Monumenta Historica*. Edição crítica por José Mattoso. Lisboa: Academia de Ciências, 1980. II Volumes, p. 41-50.

[8]A *Crónica de 1344* possui uma tradição manuscrita complexa, tanto por seu caráter esparso quanto linguístico. Sobre sua primeira redação, ordenada sob a égide de Pedro Afonso, não detemos qualquer vestígio de sua existência em língua portuguesa, permanecendo-nos apenas traduções castelhanas preservadas em manuscritos do século XV. Essa crônica, de acordo com Ferreira, teria ainda, por volta de 1400, sofrido uma série de interpolações que resultariam em uma redação distinta daquela imaginada pelo conde de Barcelos ao se aproximar de um modelo afonsino, principalmente voltado às seções iniciais da obra. Sobre a datação dessa segunda redação, a historiadora Isabel de Barros Dias aponta que, no lugar de pensarmos em um marco mais amplo, com base na omissão do caráter imperialista em resposta a uma ideologia afonsina e pós-afonsina, seria possível delinear sua composição na década de 1380. (FERREIRA, Maria do Rosário. *De Afonso X a Afonso XI*. Edição e estudo do texto castelhano dos reinados finais 2ª redacção da Crónica de 1344. Paris: e-Spania Books, 2015, pp. 4-5; DIAS, Isabel. *Metamorfoses de Babel*. A historiografia ibérica (sécs XIII-XIV): construções e estratégias textuais. 2000. Tese (Doutorado) – Doutoramento em Estudos Portugueses. Universidade Aberta, Lisboa, 2000, pp. 74-77).

batalha travada conjuntamente entre os reis de Castela e Portugal, frente aos mouros que cruzavam o Estreito de Gibraltar. Voltemo-nos a ela.

Na narrativa preservada no manuscrito Q2, somos capazes de observar os meandros da chegada dos merínidas e do entrave de Salado. Assim, de acordo com o anônimo refundidor, os merínidas tomaram o monte de Gibraltar e outros castelos pela falsidade e traição de dois vassalos do monarca castelhano – uma fórmula que se assemelha às representações narrativas da derrota do rei Dom Rodrigo e da perda da Espanha. Esse temor de uma nova perda pode ser constatado no clamor de Maria, rainha de Castela (1313-1357) e filha de Afonso IV:

> ¡O padre señor! ¡Pídovos, de mercet, que vos dolades de mí e de todos los cristianos de Espãna! Ca sabed por cierto que el rey de Belamarín es ya pasado aquén mar, e tiene cercada a Tarifa. Por la qual razón cunple que, por la vuestra grant bondat e mesura, paredes mientes en esto. ¡Fagades ayuda a mi señor e mi marido, el rey don Alfonso de Castilla! E esto por vuestro cuerpo, con vuestros cavalleros e rico onmes[9].

O pedido de Maria evoca não apenas o temor sobre esses muçulmanos, mas também a necessidade de união entre as monarquias ibérico-cristãs. Percebamos que cabiam àqueles monarcas e, especificamente Afonso XI de Castela (1311-1350) e Afonso IV de Portugal, resguardar suas gentes e compactuar com a dor dos cristãos peninsulares, afinal, se seguissem impedidos, os merínidas poderiam tomar suas terras. A súplica da rainha ainda adquire mais camadas de sentido, pois, ao enfrentarem os mouros, os dois reis cessariam suas hostilidades anteriores e encontrariam a paz e a honra, como podemos observar no louvor que aquela vitória adquiriu na narrativa: "E d'esta guisa que avedes oído, vencieron los reyes de Castilla e de Portogal la batalla de Tarifa. E después que la ovieron vencido, tornáronse para Sevilla muy onrados e con grant plazer"[10].

Mas é no relato contido no *Livro de Linhagens* que podemos observar, com mais detalhes, o entrave do Salado. De acordo com Fernandes, em sua primeira redação o nobiliário do bastardo de Dom Dinis continha uma menção à Batalha do Salado, sem narrá-la extensivamente[11]. Se considerarmos o gênero genealógico ao qual o texto se vincula, com esparsas passagens narrativas, faz sentido que a chamada lide de Tarifa galgue apenas um espaço de efeméride na economia do livro. Mesmo que a versão daqueles feitos, presente na segunda redação da *Crónica de 1344,* fosse de autoria do conde de Barcelos ou ao menos próxima de sua versão arquetípica – hipótese que encontra pouco respaldo documental, e que esta fosse semelhante à apresentada no nobiliário – ainda que de uma forma mais resumida, como acontece com inúmeras passagens presentes em ambas as obras – a

[9]Anônimo. "Manuscrito Q2". Em: FERREIRA, Maria do Rosário. *De Afonso X a Afonso XI*. Edição e estudo do texto castelhano dos reinados finais 2ª redacção da Crónica de 1344. Paris: e-Spania Books, 2015, f. 232, pp. 127-128.
[10]*Ibid*.,f. 233, p. 129.
[11]FERNANDES, Fátima. "O poder do relato na Idade Média portuguesa: a Batalha do Salado de 1340". Em: GUIMARÃES, Marcella (org.). *Por São Jorge! Por São Tiago!*: Batalhas e narrativas ibéricas medievais. Curitiba: Editora UFPR, 2013, p. 92.

Batalha do Salado, como tantas outras batalhas monumentalizadas no *Livro de Linhagens*, não era apresentada sob uma forma narrativa.

É com base nisso que o relato incorporado nas posteriores refundições do livro se distingue do restante da obra[12]. A excetuar passagens referentes a Afonso Henriques (c. 1106-1185) e os Sete Infantes de Lara, que demonstravam uma preocupação em narrar os feitos daqueles homens, ambas as histórias compiladas de outros gêneros textuais, os fólios dedicados às ações que circundam o dia 30 de outubro de 1340 foram aqueles em que esse tom narrativo mais se exaltou[13].

A Batalha do Salado e, mais precisamente, a narrativa da Batalha do Salado presente no *Livro de Linhagens*, foi palco de diversos estudos nos últimos cinquenta anos. Historiadores como José Mattoso e Luís Krus, mas também outros como Ferreira, Picoito, Vasconcelos e Sousa e Boisselier, para citarmos apenas alguns nomes, já se debruçaram exaustivamente sobre os mais variados aspectos da narrativa. Entre esses estudos, podemos destacar, para além dos debates acerca da autoria das refundições e do Título XXI, duas linhas interpretativas gerais: 1) a interpretação do Salado enquanto um "fim" com base em ideários reconquistadores; 2) o caráter inovador da narrativa de 1380.

Observemos essa primeira linha interpretativa. Segundo os pensamentos de Luís Krus, por exemplo, a narrativa da Batalha do Salado evidencia a defesa de uma concepção nobiliárquica da terra hispânica, evocada no atrelamento daquele espaço como uma herdade transmitida por seus antepassados. Para além desse caráter com base nobiliárquica que, necessariamente, não figurava uma oposição a instituição monárquica, Krus aponta como, no *Livro de Linhagens* e, em especial, na narrativa do Salado, configurava-se uma combinação entre os *topoi* do Louvor e da Perda da Espanha, ali reconstituídos a partir do signo da fidalguia[14].

Dessa maneira, na leitura do supracitado historiador, nessa nova configuração dos *topoi*, a nobreza ibérica alçava um espaço central na defesa e reconquista de suas terras. Pautado no argumento da ancestralidade, isso não significava um afastamento de uma determinada sacralidade que, como aponta o próprio, era igualmente – senão até mais – importante ao desenvolvimento daquelas memórias acerca do conflito. Desde a primeira versão do *Livro de Linhagens*, ainda sob a égide de Pedro Afonso, a noção de que os godos figuravam uma espécie de "povo escolhido", que daria

[12]Como afirma Fátima Fernandes, a historiografia, de um modo geral, imputou essa interpolação à refundição executada por volta de 1380. Nesse sentido, autores como José Antonio Saraiva defendiam que não só o relato do Salado, mas que o próprio Título XXI e as passagens genealógicas concernentes aos Pereira foram obras de um mesmo personagem que, provavelmente, esteve próximo dessa linhagem, a considerar a importância dada estes no título como um todo, mas em especial no entrave de 1340

[13]*Ibid*., pp. 92-93.

[14]KRUS, Luís. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico*: 1280-1380. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, pp. 120-138.

continuidade aos romanos que se encontravam subjugados – concepção fundada nos escritos isidorianos – desembocava no atrelamento entre a fidalguia hispânica, os godos e, por conseguinte, a um império cristão[15].

Nas palavras de Krus, a inovação de 1380 – tendo como referência os trabalhos do conde de Barcelos, estava no atrelamento entre essa nobreza hispânica de origem goda aos monges-guerreiros da Ordem do Hospital. Essa refundição pode ser lida, e assim o foi por Krus e outros historiadores, como um "manifesto programático" da nobreza ibérica e dos hospitalários, em um contexto no qual ambos perderam forças com a diminuição de operações bélicas empreendidas em suas fronteiras ao sul. Nesse "manifesto", o anônimo refundidor defendia o lugar da fidalguia e do Hospital na memória de Portugal e da sociedade reinol. Esses homens, como aponta Luís Krus, eram transformados em herdeiros diretos dos valorosos guerreiros godos, protetores da Cristandade e do legado romano[16].

Nessa leitura, a lide de Las Navas de Tolosa – embate que opôs uma união das monarquias ibérico-cristãs aos almóadas – se constituía enquanto um monumento ao qual as múltiplas linhagens procuravam se vincular, fossem elas componentes da alta nobreza como os Lara e os Lopes de Haro ou de estratos inferiores, como os Girão. Essa fórmula ainda se repetiria nas efemérides das conquistas de Sevilha, Córdoba e Tarifa, representativas de um avanço das fronteiras cristãs. E foi justamente a última, a cidade andaluza de Tarifa, sítio estratégico ao controle das operações militares fronteiriças e alvo constante de ataques mouros, que se tornou palco de um confronto campal que renovaria os feitos de Las Navas de Tolosa na memória peninsular – a lide de Tarifa, também conhecida como a Batalha do Salado[17].

Na esteira dos trabalhos de Luís Krus, a historiadora Maria do Rosário Ferreira denota como a concepção dessa base fidalguesca, assentada na Península Ibérica, tornou-se essencial à compreensão do relato da lide. Nessas linhas, o contexto de 1340 acabou por se estabelecer como um marco em suas obras: para além de uma remissão à guerra civil portuguesa e os conflitos com a monarquia castelhana – eventos que, em geral, são atrelados à estruturação dos escritos de Pedro Afonso – Ferreira nos traz uma leitura na qual o acirramento dos embates entre cristãos e muçulmanos, naquela altura, igualmente influenciou a composição das obras do bastardo de Dom Dinis[18].

[15] *Ibid*., pp. 138-139.
[16] *Ibid*., pp. 139-140.
[17] *Ibid*., pp. 230-233.
[18] FERREIRA, Maria do Rosário. "D. Pedro de Barcelos e a representação do passado ibérico". Em: FERREIRA, Maria do Rosário (org.). *O contexto hispânico da historiografia portuguesa nos séculos XIII e XIV*. Em memória de Diego Catalán. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 91.

Segundo a autora, a tomada de praças ao sul da fronteira e a chegada dos merínidas poderiam ser apreendidas tanto como um impulso aos ideários cruzadísticos na península quanto como um meio de evocar a memória ibérica de uma Espanha legada pelos ancestrais dos homens que ali viviam. A chegada dessa nova dinastia norte-africana ainda remontava a uma constante reencenação da perda e tomada da Espanha, figurada nos campos de Sagoneira, Clavijo, Calatanhaçor, Las Navas de Tolosa, entre tantos outros, como o próprio Salado. E foi justamente nesse reencenar dos feitos do passado que, nas palavras de Ferreira, o autor do Título XXI se aproximava dessa segunda apreensão na qual a lide de Tarifa, mais do que um revigoramento da cruzada, representava um ápice da história ibérica. Opção que, para Ferreira, demonstra como a narrativa, mesmo que não fosse composta sob os desígnios de Pedro Afonso, comungava de um ideário similar, baseado na fidalguia e na conquista cristã de Al-Andalus[19]. Tal interpretação ainda se evidencia quando, nas palavras da historiadora:

> De Covadonga, entrincheirada nas montanhas do extremo norte, a Tarifa, guardando a sul as portas de África, é afinal o percurso dos restauradores da Espanha, uma Espanha instituída *in illo tempore* pelos cavaleiros godos, que a pena do Conde de Barcelos traça. Um percurso mítico recobrindo com uma idealização de supremacia aristocrática pan-hispânica o real significado social, político e ideológico da reocupação Cristã do território peninsular. E a batalha do Salado figura no final desse traçado como o rito que sela a pervivência do passado enquanto mito[20].

A narrativa do Salado, nessa perspectiva, funcionava tanto como um modo de evocar e reencenar os feitos realizados pelos antepassados, mas também findar o processo iniciado em Covadonga – era, na altura do século XIV, o cume de uma reconquista. Entretanto, como já aventamos, outra perspectiva, mais preocupada com o caráter inovador da narrativa do Salado, igualmente ganhou destaque. O historiador Pedro Picoito, por exemplo, ao se atentar aos processos de legitimidade que cercavam os nobiliários portugueses, demonstrou como o relato da lide de outubro de 1340 realçava, no discurso reconquistador, uma sacralidade cruzadística que, nos séculos seguintes, se transformaria em um dos alicerces da historiografia avisina.

O ponto central desse argumento se encontrava no fato que, presente no Título XXI, estava uma inovação que não existiria nos textos anteriores. Como aponta Picoito, ao analisar os escritos genealógicos portugueses da virada dos séculos XIII-XIV, a própria ideia de uma legitimidade histórica sobre a terra era imbuída, e mesmo sustentada, por um caráter sacro tanto do conflito frente aos muçulmanos quanto ao posterior povoamento cristão. Fenômeno perceptível na fórmula na qual um nobre conquista um espaço e ordena que os seus construam e protejam um mosteiro dedicado à vitória, presente de modo horizontal nesses nobiliários, mas também em variadas crônicas da altura.

[19] *Ibid*., p. 92.
[20] *Ibid*., p. 101.

É, justamente, a narrativa desse processo migratório, tomada pelo viés cristão, que desembocaria na ideia de um processo de reconquista[21].

Quando observada a narrativa do Salado, Pedro Picoito concorda que, de fato, esta faz as mesmas referências que podem ser encontradas em outros textos, como um protagonismo da alta nobreza na chamada reconquista, uma memória fundacional marcada pelo primeiro rei de Portugal, como se a partir dele, fosse desenhada a fortuna dos homens do reino. Mesmo os desejos de glória e de imitação dos antepassados ali presentes poderiam ser encontrados tanto em textos portugueses quanto de outras partes da península. A novidade presente naquele escrito estava em uma aproximação mais candente aos ideários cruzadísticos. Segundo Picoito, a concepção de que o combate – sacralizado – era uma via à salvação de suas almas ganhou um destaque sem igual no relato da lide. Como um modo de crer individualizado e pautado nas ações dos homens, este encontrou um terreno fértil no reino portucalense. Do germe plantado na refundição de 1380, essa visão sacralizada floresceria na historiografia posterior à Crise de Avis[22].

Vale destacar que não existia em Picoito qualquer referência a um processo linear e causalístico que transformava a narrativa da Batalha do Salado em um berço da esfera sacralizante da historiografia posterior. O que se percebe é que o anônimo refundidor de 1380 lia, em sua época, algo que, nos séculos posteriores, se tornaria ainda mais enraizado – a indigenização dos ideários cruzadísticos em Portugal.

Não muito distante das reflexões de Picoito, o historiador Stéphane Boisselier observava como o relato da batalha estava cercado pelos elementos que comporiam a legitimidade da ação nobiliárquica e guerreira e, em especial, aquela direcionada ao enfrentamento dos mouros. A chave do argumento de Boisselier era situar o lugar da narrativa do Salado entre a reconquista e os movimentos cruzadísticos de uma guerra santa. Nesse "entre-lugar", o historiador francês ainda se encontrava diante do paradoxo da composição da chamada ideologia da guerra – como um conjunto de ideias elaboradas por clérigos em seus claustros seria capaz de moldar as ações de homens no teatro da violência guerreira? No caso do relato do Salado, a base ideológica presente na narrativa adviria de múltiplos recursos documentais, concernentes tanto aos que configurariam um ideário reconquistador em sua forma mais "clássica", quanto do cenário das cruzadas recrudescidas em meados do Duzentos. E nesse amálgama de textos e ideias, a tarefa de identificar com pormenores as

[21]PICOITO, Pedro. "O sonho de Jacob: Sacralidade e Legitimação Política nos Livros de Linhagens". In: *Lusitania Sacra*, 1998, Vol. 2, No. 10, p. 127.
[22]*Ibid*., pp. 143-146.

correntes ideológicas ali presentes, transpostas de um ambiente clerical a um público laico dos estratos nobiliárquicos, seria, na melhor das hipóteses, árdua[23].

Entre uma ideologia reconquistadora e cruzadística, o relato da lide não poderia ser resumido em uma função "propagandística" – para Boisselier, ele deve ser lido também como um meio de reiteração das crenças nobiliárquicas em seu próprio estatuto social. Nessa leitura, a narrativa daquele confronto acabava por confirmar o protagonismo dos fidalgos no processo da reconquista, o que o insere, de acordo com o supracitado historiador francês, em um campo ideológico de "concorrência memorial" sobre um movimento que era disputado tanto pela nobreza quanto pela realeza[24].

No âmbito dessa concorrência, ficaria perceptível o público ao qual era destinado o texto de 1380. Mais do que referências aos meandros teológicos da justificação de uma guerra santa, o refundidor se preocupava em adotar formas convencionadas no espaço literário ibérico e latino acerca do fazer bélico, de tal modo que a narrativa do Salado se aproximaria mais de um gênero textual épico do que necessariamente cronístico, preocupado com a descrição dos fatos. Assim, o texto elaborado pelo refundidor se fazia para ser lido por aqueles nobres que apreciavam esse tipo de literatura, porém, mais do que isso, ele se voltava a um processo de efeito de realidade, que buscava dotar de realismo os feitos ali narrados a homens que, na prática, já teriam vivenciado a violência do campo de batalha[25].

O problema do texto ainda ganha mais camadas de complexidade quando integrado no quadro geral dos valores cavaleirescos e nobiliárquicos diante da guerra em Portugal. A ausência de uma intervenção divina direta e uma fluidez entre os argumentos sacralizantes da guerra – como a salvação das almas – e os de cunho nobiliárquico – como a proteção da terra e da linhagem – nos impossibilitaria de adjetivar a Batalha do Salado como o ápice de um combate sacralizado em solo lusitano. Para o autor, mais do que um ponto de chegada, gestado ao longo dos séculos XII e XIII pelos historiadores da conquista cristã, a narrativa do Salado figuraria um ponto de partida para outra concepção sacralizante do fazer bélico. Concepção na qual esses elementos da guerra santa, periféricos na formatação das narrativas portucalenses, seriam reconfigurados como um meio de distinção social dos nobres no final do século XIV e, principalmente, no decorrer do Quatrocentos[26].

Ora, em termos gerais, poderíamos dizer que os primeiros estudos aqui elencados, preocupados com uma genealogia da memória da reconquista e o papel do relato do Salado como um

[23]BOISSELLIER, Stéphane. "Ideologia da guerra ou ideologia dos guerreiros? Mais algumas interpretações do relato da Batalha do Salado (1340) no Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro". In: *Revista Diálogos Mediterrânicos*, 2014, No. 7, pp. 89-92.
[24]*Ibid*., pp. 89-94.
[25]*Ibid*., pp. 94-95.
[26]*Ibid*., pp. 93-101.

"fim", ao incorporarem a narrativa de 1380 nas tradições historiográficas hispânicas dos séculos XII e XIII, acabavam por inseri-la no quadro de uma continuidade histórica. Por outro lado, as interpretações de autores como Picoito e Boisselier, debruçadas sobre o caráter inovador do texto, ao realçarem as distinções e mesmo um vínculo com a historiografia avisina da centúria subsequente, traçavam uma espécie de ruptura estabelecida na refundição.

Claro que, ao definirmos essas características, continuidade e ruptura, não podemos deixar de argumentar que essas distinções são artificiais – tanto nas obras de Krus e Ferreira podemos observar características de um grau inovador do Salado, quanto em Picoito e Boisselier se evidenciam a permanência dos ideários reconquistadores na narrativa. No entanto, de um modo geral, não é possível negar entre esses autores uma certa predileção e diferenciação entre essas perspectivas, fosse ao dotar a narrativa do Salado de um ineditismo no cenário português ou ao introduzi-la no acervo de memórias ibéricas.

A questão candente, evidenciada por ambas as perspectivas, é sobre qual o lugar do relato do Salado nos modos de pensar e fazer, mas, principalmente, comemorar a guerra no Portugal dos séculos XIII e XV. Seria ele mais próximo da reconquista? Ou seria uma renovação das cruzadas? Ou mesmo um prelúdio das bases ideológicas da expansão portuguesa?

A memória da reconquista no Portugal trecentista

Mas, afinal, o que afirmamos ser essa memória da reconquista? Ora, enquanto a reconquista pode ser apreendida enquanto uma categoria exógena capaz de significar o processo de dilatação territorial das monarquias ibérico-cristãs, como também uma concepção endógena dos fundamentos ideológicos que pautavam um direito dos cristãos sobre os territórios muçulmanos, a memória da reconquista envolve outras complexidades.

No lugar de objetivarmos um conjunto de ideias que envolviam as justificações dos empreendimentos bélicos da conquista cristã de Al-Andalus, campo já profundamente estudado pela historiografia contemporânea, procuramos refletir sobre como a memória desses embates é escrita, suas regras e códigos próprios e, por fim, tal qual as características dos *topoi* literários que a compunham, suas capacidades de significarem um lugar comum que uniria seus autores e os públicos que visavam.

Nas palavras do historiador António Rei, a chamada narrativa da reconquista pressupunha em si uma combinação dos *topoi* do Louvor e da Perda da Espanha. Em sua perspectiva, a junção desses padrões narrativos permitia ao seu público compor a imagem de uma terra prometida que lhes foi

tirada com a chegada dos mouros, em 711[27]. Isso só se tornou possível porque autores e públicos compartilhavam dessas mesmas referências narrativas – para definir uma ação reconquistadora, era necessário que aqueles homens e mulheres compreendessem os sentidos tanto do louvor de uma terra hispânica quanto do dolo de sua perda.

Se voltarmos ao tópico da perda da Espanha e sua consolidação na historiografia portuguesa do Trezentos, veremos que, já na primeira versão do *Livro de Linhagens*, o conde de Barcelos apresentou o revés do rei Rodrigo diante dos mouros na Batalha de Sagoneira. Em suas palavras:

> Quando reinou rei Rodrigo em Espanha, veerom d'Africa rei Abaly e Aboazabar, que era rei de Marrocos, e Amraamolim. Entom veo Taric e Eunter a Espanha e arribou em Gibraltar com muitos e com grandes poderes. E veerom a rei Rodrigo aa batalha, e lidarom com ele em no campo de Gagunera, e na primeira fazenda foram maltreitos os Mouros e forom arrancados os cristãos e desbaratados. Em aquela batalha foi perdido rei Rodrigo e nom o acharom vivo nem morto. Mais a tempos longos despois, em Viseu, em ũa horta, acharom ũu sepulcro, que deziam as leteras que i eram escriptas que ali jazia rei Rodrigo, o que foi perdudo na batalha no tempo dos Godos[28].

Ao considerar a forma genealógica na qual o nobiliário de Pedro Afonso é vertido, mais preocupada em preservar e descrever a existência de um fato do que narrá-lo, a perda da Espanha é apresentada como um modo de estabelecer na memória dos homens a experiência traumática da conquista árabe-berbere[29]. Na *Crónica de 1344*, por outro lado, o bastardo de Dom Dinis demonstrou uma preocupação narrativa, que, inclusive, daria tons mais épicos ao revés causado pela chegada das hostes africanas. Nesta crônica o primeiro enfrentamento entre cristãos e muçulmanos na península foi narrado de modo a apresentar um equilíbrio das forças que ali se opunham, a demonstrar um valor bélico equitativo de ambas. No entanto, cabe destacar aqui o lugar que o narrador outorga a derrota cristã nos campos de Sagoneira: ela se deu por meio da vontade divina, causando dano a si e a todos os cristãos[30]. Ou seja, ao seguirmos essa lógica, a perda da Espanha compunha parte dos anseios de Deus, mesmo que isso acarretasse um mal aos seus seguidores.

Para além do revés de Sagoneira, se observarmos o elenco das batalhas monumentalizadas na historiografia ibérica, o conflito de Las Navas de Tolosa foi aquele que, muito provavelmente, por mais tempo, ocupou a mente dos historiadores dos séculos XIII e XIV. Travada em 16 de julho de

[27]REI, António. "Da Crónica Moçárabe de 754 à Crónica General de Afonso X: a "laude" e o "dolo", os cimentos do discurso da Reconquista". Em: GARCÍA MORENO, L; SÁNCHEZ MEDINA, E. (eds.). *Del Nilo al Guadalquivir – II Estudios sobre las fuentes de la conquista islámica*. Homenaje al Profesor Yves Modéran. Madrid: Real Academia de la Historia, 2013, pp. 92-96.
[28]Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, *op. cit.*, Título III, p. 103.
[29]ANDRADE, Rodrigo. "O trauma de 711: a renovação da Perda da Espanha na historiografia portuguesa do Trezentos". In: *Brathair*, 2024, Vol. 23, No. 1, p. 230.
[30]Crónica de 1344. In: VINDEL PÉREZ, I. 2015. *'Crónica de 1344: Edición crítica y estudios'*, Tese de Doutoramento, Universitat Autònoma de Barcelona, Bellaterra, capítulo LXXXVII, p. 119.

1212, a batalha contrapunha às tropas do califa almóada Muhammad an-Nasir (c. 1181-c. 1213) a uma união dos monarcas de Castela, Navarra e Aragão, mas também de homens advindos de Leão e Portugal, ou seja, uma hoste na qual estavam representadas todas as monarquias cristãs da península. Essa oposição marcada entre cristãos e muçulmanos, conjugada aos ideários cruzadísticos advindos do além-Pirineus naquela altura, fizeram da Batalha de Las Navas de Tolosa um campo frutífero ao assentamento de uma memória da reconquista na Península Ibérica.

No que tange o desenvolvimento acerca da narrativa desse conflito, uma de suas primeiras especificidades está na sua relação direta com o fracasso militar do monarca castelhano Afonso VIII (1155-1214) diante das investidas mouras – a chamada derrota de Alarcos. Travada no verão de 1195, ela adquire um aspecto essencial na composição literária dos eventos de 1212, como podemos observar na segunda redação da *Crónica de 1344*: "Conta a estoria que, depois que el rey dom Afonso foy vençido en aquella lide de Larcos, sempre foy muy triste quebrantado, teendo e creendo que por o seu pecado lhe dera Deus aquella penitença"[31]. Ora, o embate de Alarcos figurava não só uma perda territorial do reino castelhano, mas também um dolo pelo qual Afonso VIII poderia remir seus pecados. A escolha do vocábulo "penitência", como veremos, não foi uma opção qualquer, contudo, debrucemo-nos, nesse momento, sobre os feitos daquele fatídico dia:

> E, estando el rey dom Afonso en Larcos, chegou o mouro [Muhammad an-Nasir] con tam gram poder que non avia conta. E el rey entrou logo con el na batalha a guisa de muy esforçado cavaleiro. E foy a lide muy forte d'ambalas partes mas nõ quis Jesu Cristo que os cristãaos saissem ende cõ honrra por que non eran todos de hũu coraçon nem ajudarõ seu senhor como devyã. E, por esto foron vençidos e muitos delles mortos. E el rey sayu ende con grandes feridas, tirandoo ende per força. ca elle hi quisera morrer, mas non leixarõ os seus. E fugiron con elle pera Toledo[32].

Conhecido como Miramolim nas fontes cristãs, a chegada de an-Nasir na península foi marcada por uma derrota dos castelhanos. Vale ressaltar que o fracasso militar de 1195 não se deu por uma superioridade militar dos almóadas, a ter em vista como o próprio relato procura demonstrar a paridade das forças muçulmanas e cristãs – o resultado da lide de Alarcos recaía aos próprios cristãos, pois pelos seus pecados e por sua falta de unidade, não foram capazes de reter a investida de an-Nasir. E aqui o caráter penitencial do conflito mostra sua forma, pois somente quando Afonso VIII fizesse boas obras e se portasse como um bom cristão, quando o monarca e seus fidalgos agissem em um só coração, é que o próprio Cristo os auxiliaria em batalha: "E, segundo conta o arcebispo dom Rodrigo, dos oitẽeta mil cavaleiros que os mouros erã, ficarõ ally mortos triinta e çinquo mil e dos de

[31]Crónica Geral de Espanha de 1344. *Fontes Narrativas da História Portuguesa*. Edição crítica por Luís Filipe Lindley Cintra. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1990, IV Volumes, capítulo DCCLVI, p. 316.
[32]*Ibid.*, capítulo DCCLIII, p. 309.

pee passarõ per duzentos mil. E dos cristãaos morrerõ cẽto e cinquoeenta homẽees. E assy se mostra Deus maravilhoso nas suas obras"[33].

Ao considerarmos as narrativas monumentalizadas na historiografia portuguesa, a Batalha de Las Navas de Tolosa não ganha os tons miraculosos presentes em outros conflitos. No entanto, isso não significa que essa vitória tenha seu caráter sacro menor que esses outros embates. Apesar de considerarmos os números exacerbados – que procuravam demonstrar uma superioridade qualitativa das hostes cristãs, a esmagadora vitória da união das monarquias ibérico-cristãs, ao seguir o princípio do *Deo auctore bellum*, demonstrava como os desígnios daquela lide foram escolhidos por Cristo. A ausência de hostes angelicais ou cavaleiros vestidos de branco não significava a ausência divina do campo de batalha.

O *topos* da intervenção divina[34], tal qual exposto acima, tornou-se essencial à compreensão de uma memória da reconquista. As narrativas acerca do processo de dilatação territorial das monarquias ibérico-cristãs estavam recheadas de interdições nas quais Deus, direta ou indiretamente, atuou nos rumos das batalhas. Da vontade de Cristo transmitida nos golpes das espadas aos cavaleiros brancos liderando hostes angelicais, as intervenções divinas não só ocuparam um importante lugar na produção da memória da reconquista, como preencheram de legitimidade a conquista e proteção do espaço sul peninsular.

Tal recurso retórico, preservado nesses textos historiográficos, exprimia justamente o caráter sacro daqueles embates, afinal, o favorecimento demonstrava que os cristãos e sua divindade desejavam o mesmo fim, como podemos observar neste trecho da primeira redação da *Crónica*:

> E tornaron las espaldas [os mouros] e começaron de fuir contra la mar. E, cuando el rey Búcar e los sus reyes esto vieron, fueron mucho maravillados, ca bien les semejó que venían de partes de la mar más de sessenta mil cavalleros cristianos, todos blancos como la nieve. E, delante todos, venía un cavallero, cavalgando en un cavallo blanco. E traía en su mano siniestra una seña blanca e en la mano diestra una espada que semejava de fuego. E fazía tan gran mortandad en los moros que esto era una gran maravilla, en guissa que el rey Búcar e los sus reyes começaron luego a fuir en guissa que non tornaron rienda fasta dentro en la mar[35].

[33] *Ibid.*, capítulo DCCLXV, p. 335

[34] Segundo Beth Spacey, quando observamos esses textos no qual o miraculoso surge enquanto um elemento fulcral, devemos nos atentar às diferenças entre a chancela e a intervenção divina. Ora, a chancela tal qual o vocábulo nos permite apreender, refere-se a uma ratificação divina do fazer bélico – presente desde a Antiguidade Tardia, ela compreende o apoio de Deus sem a necessidade de sua atuação direta ou indireta. Uma guerra contra um determinado inimigo, por exemplo, pode ter a chancela de Jesus Cristo sem que o mesmo ingira nela por qualquer meio. A intervenção divina, por outro lado, caracteriza-se pela ação direta ou indireta de Deus. SPACEY, Beth C. *The Miraculous and Writing of Crusade Narrative*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2020, pp. 32-32.

[35] Crónica de 1344, *op. cit.*, capítulo DLIX, p. 922.

Oriunda das histórias de Rodrigo Díaz de Vivar (1043-1099) compiladas na cronística luso-castelhana, essa passagem em si não difere de outras tantas presentes naqueles escritos – ela demonstra a participação direta de uma hoste divina que lutava ao lado dos cristãos contra os mouros. Na prática, ela representava que, no conflito entre cristãos e muçulmanos, Deus estava do lado dos primeiros.

Contudo, como já mencionamos, em determinados momentos, Jesus Cristo também desejou que os cristãos fossem derrotados. Claro que isso não significava, ao seguir a fórmula anterior na qual o auxílio de Deus era evidenciado nas vitórias militares, que a chancela divina agora pendesse ao lado dos muçulmanos – a lógica da intervenção nas derrotas cristãs se direcionava a outros caminhos. Se observarmos os relatos das respectivas batalhas de Sagoneira e Alarcos, duas importantes derrotas na economia de uma memória da reconquista, suas causas, aos olhos da época, recaiam nos pecados cometidos pelos cristãos e, em especial, por seus monarcas.

Em termos de forças militares, tanto em Sagoneira quanto em Alarcos, cristãos e muçulmanos eram equiparados, de modo que os dois exércitos constituíssem pêndulos opostos de uma equilibrada balança. A paridade das forças militares nos casos supracitados serve como evidência de que foi de fato a vontade de Cristo que ocasionou aquelas derrotas. Assim, tal qual a vitória de um diminuto exército cristão contra uma hoste muçulmana maior se transformava em um indicativo da intervenção divina, o embate entre forças semelhantes era exemplar do lado favorecido ou desfavorecido por Deus. No caso de Sagoneira e Alarcos, aqueles dois infortúnios se deram pelos pecados dos cristãos, contudo, isso não significava o abandono de uma chancela divina. O emprego de termos conexos ao sofrimento e a penitência, associados a um posterior abono de Deus, ofertavam um sentido da história pautado em uma restauração do que foi perdido:

> E, de aquello que el rey don Rodrigo perdió por consejo malo que ovo, non fincó en Castilla sinon muy poca tierra en las montañas, e así como sabedes, e con muy pocas compañas de aquellas que fincaron bivas. E, por buenos que fueron, ovieron con señores a venir cobrando de aquello que perdieron fasta aquí e muca perdieron de lo suyo nada. E por tal razón naceríamos nós en mal día si avemos nós a menguar de aquello que ellos fizieron e ganaron, que más vale la muerte con onra que la vida desonrada, que por miedo de la muerte muca dexaron de fazer lo mejor e por ende cobraron esto que nós avemos. E oy más non fablemos sobre esto, mas aguisemos nós todos cómo vayamos a la batalla, e allí departirá cada uno sobre aquello que viéremos que nós más cumpla e si se nos nembrar de aquello que fizieron los que de antes de nós fizieron, siempre fallaremos lo mejor e niémbrevos que sodes castellanos e venides de aquellos que siempre fizieron bien e muca dexaron por nengún miedo de fazer su fazienda. E como quier que Almançor ha muy gran poder yo fio por la merced de Dios atanto que él será vencido e desonrado e nós seremos onrados e vencedores, ca más puede un león que mil ovejas; e ansí podrá uno de nós más que mil d'ellos ca ellos serán las ovejas e nós los leones[36].

[36] *Ibid.*, capítulo CCV, pp. 278-279.

No discurso de Fernán González (c. 910-c. 970), imputado pelo autor de seu poema e compilado pela historiografia posterior, o conde castelhano rearticula o passado tanto a partir do dolo, renovando o trauma da perda da Espanha, quanto pela memória daqueles que, pouco a pouco, reconquistaram os territórios perdidos em 711. Essa rememoração incutia justamente a necessidade de lembrar dos feitos do passado, mas também, de presentificá-los – as conquistas empreendidas por seus antepassados deveriam ser protegidas.

Se retomarmos o prólogo do *Livro de Linhagens*, veremos como Pedro Afonso legou enquanto um dos motivos da escrita daquele texto a necessidade de lembrar os homens de como a Espanha foi retomada por seus nobres fidalgos[37]. Claro que a afirmação do conde de Barcelos se insere no âmbito de uma competição memorial sobre a conquista cristã de Al-Andalus, contudo, ela igualmente nos remete à sua função capital naquela sociedade. Para além da decisão de quem seriam seus protagonistas, somos capazes de observar como o movimento de dilatação territorial das monarquias ibérico-cristãs e a memória sobre ele se tornavam peças centrais no tabuleiro político peninsular. No caso da historiografia portuguesa trecentista, é possível perceber como a reconquista e sua memória se retroalimentavam em uma rede de evocações inter e intratextuais.

Para a historiadora Isabel de Barros Dias, uma das características do labor historiográfico afonsino e pós-afonsino dos séculos XIII e XIV, tradição na qual se inserem as duas redações da *Crónica de 1344*, era a capacidade de retomar e conectar espaços e tempos díspares a partir da alusão aos modos de agir ou mesmo comparações literais que assumiam, por exemplo, que um determinado conflito militar do século X tinha formas semelhantes a uma batalha travada no alvorecer do século VIII[38]. Nessas interpolações, personagens e situações eram evocados, tanto como um modo de justificar os empreendimentos hodiernos, quanto como de heroicizá-los[39].

No caso específico da elaboração de uma memória da reconquista, essas passagens que aludem umas às outras se constituíram como uma marca da historiografia portuguesa no Trezentos. Fosse ao remontar as vidas de personagens como Dom Rodrigo, *El Cid* ou Fernán González, ou ao modo pelo qual os conflitos entre cristãos e muçulmanos eram narrados, a economia da memória da reconquista dependia de uma remissão a suas múltiplas facetas. Tomemos como exemplo essa passagem da segunda redação da *Crónica de 1344*:

> Mas os cristãaos, como erã muy poucos, estavam muy temerosos e o medo os compreendia a toda parte. E quan/do dom Alvaro Perez os vyo assi acovardados, começou de os esforçar,

[37]Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, *op. cit.*, prólogo, p. 55.
[38]Apesar de característica aos escritos afonsinos e pós-afonsinos, isso não significava que essas evocações inter e intra-textuais não estivessem presentes no *Livro de Linhagens* e em suas posteriores refundições.
[39]DIAS, *op. cit.*, pp. 40-93.

> dizendolhe muitos bõos exemplos de nobres cavalarias dos feitos antigos, tragendolhes aa memoria como os nobres cavaleiros godos muitas vezes, seendo poucos, venciam muytos e como outrossy o cõde dom Fernam Gonçalvez con seiscẽtos cavaleiros vencera Almãçor cõ todo seu poder e outrossy Ruy Diaz Cide como com poucos cavaleiros vẽcera muitos reys. Estes exemplos e outros muytos de grandes façanhas lhe disse dom Alvaro Perez, en tanto que os fez cobrar coraçõoes e seer muy esforçados, en tal guisa que nõ temyam nenhũa cousa os mouros [...][40].

O discurso de Álvaro Peres, tal qual tantos outros imputados pelos autores das histórias daquela altura, tinha como intuito fortalecer suas tropas que, naquele momento, encontravam-se amedrontadas pela superioridade quantitativa das hostes mouras. Para tanto, ele opta por trazer à memória de seus homens os exemplos do passado.

Sob os desígnios dos historiadores peninsulares da altura, a expansão das monarquias ibérico-cristãs tomava as formas de um conflito atravessado por uma percepção genealógica. A evocação dos feitos realizados no passado não tomava apenas o lugar de um acervo de exemplos que poderia ser acessado pelos homens do presente e do futuro – eles reificavam as ações empreendidas por Fernán González e *El Cid* como resultantes do lugar ocupado por seus descendentes no presente e, igualmente, enquanto modelos a serem seguidos para que a prole de seus futuros descendentes detivesse um lugar similar. De certo modo, isso poderia ser resumido em uma fórmula na qual, por meio de suas ações, os antepassados salvam seus descendentes que, por sua vez, ao seguirem os passos de seus antepassados, protegem sua posteridade.

Essa percepção genealógica do conflito ainda se alinhava a outra característica da rememoração das ações reconquistadoras: a necessidade de nomear e lembrar aqueles que empreendiam os feitos militares. Observemos o relato de uma das vitórias militares de *El Cid* legadas na primeira redação da *Crónica de 1344*:

> Dessí [El Cid] entró en su castillo muy rico e muy onrado, él e todos los suyos e mandó acoger dentro a los moros que salieron fuera. Pero conviene que vos digamos cuáles fueron en esta batalla buenos en que tanto bien se hizo como oístes. E como quier qu'ellos son muertos, por el bien que fizieron, es guissado que non mueran sus nombres d'ellos. E, si lo non dixéssemos, non serían los buenos tenudos de fazer bien. E primeramente fue el Cid, que es mayor e mejor. E don Álvar Fañes, e Martín Antolines, e Pero Bermúdez, sobrinos del Cid, Nuno Guztios, Álvar Álvares, e Martín Salvadores, e Felis Muños, e Guillén Gracia de Montemayor. Éstos e otros muchos fueron tan buenos que cuando fallavan en que siempre su fazienda iva adelante. E, por el bien que ellos fazían, se venció la batalla[41].

O caso acima acaba por se tornar paradigmático dessa demanda pela nomeação e rememoração dos protagonistas dos feitos passados. Vejamos que, mesmo que os homens ali já se encontrassem mortos, era necessário que seus nomes não compartilhassem esse destino. A ênfase

[40]Crónica Geral de Espanha de 1344, *op. cit.*, capítulo DCCC, p. 396.
[41]Crónica de 1344, *op. cit.*, capítulo CDXXVIII, pp. 702-703.

nessa necessidade se encontrava cristalizada na própria fórmula "pero conviene" – os bons homens deveriam ser lembrados por suas ações empreendidas no campo bélico. Tal lembrança, além de manter vivos os feitos daqueles cavaleiros, envolvia um modo de incitar aqueles que ouvissem essas histórias para que, em seus tempos, realizassem empresas semelhantes.

Ao observarmos esses excertos, é possível inferir que eles funcionavam como um modo de incitar esses homens a realizarem o que, dentro daquilo que era valorizado e desejado por esses nobres, seria concebido enquanto feitos memoráveis. Tomemos como exemplo o caso da Batalha de Las Navas de Tolosa. Tanto na *Crónica de 1344,* quanto no *Livro de Linhagens*, a participação naquele conflito cumpria uma função legitimatória aos que compuseram suas fileiras. Tal fórmula, é claro, não foi uma exclusividade do enfrentamento de 1212, presente em uma parcela considerável desses escritos – dos embates contra Almançor, das campanhas de Afonso Henriques e Fernando III de Castela (1201-1252), aqueles que participavam dessas vitórias galgavam um espaço meritório no acervo de memórias ibéricas.

Figuras como Martín Páez, o "Esturiano", que, abaixo apenas do próprio *Cid*, foi o melhor cavaleiro Batalha de Villanueva[42] ou Nuno Gonçalves d'Avalos, que, ao ser "mui boo cristão, teve Deus por bem de seer sempre vencedor em todalas batalhas"[43], evidenciavam tanto a necessidade de lembrar aqueles que participaram desses conflitos quanto dignificavam os vitoriosos. A chave dessa rememoração das ações reconquistadoras que, como vimos, tendia a se retroalimentar a partir de alusões inter e intratextuais, estava nessa dupla capacidade de lembrar e dignificar.

O entrelaçamento de Salado

Ora, ao delinear o que entendemos enquanto uma memória da reconquista, formada a partir da combinação de *topoi* literários compartilhados pelos autores desses textos e do público que eles visavam atingir, igualmente, delineamos como, para além da ideia da reconquista de um espaço perdido em 711, as modalidades de historicização acerca dos embates entre cristãos e muçulmanos na península possuíam códigos próprios. Ao mesmo tempo, era tanto esse ideário reconquistador quanto a expansão dos reinos cristãos que guiavam o desenrolar das histórias vertidas nesses livros. Não é à toa que podemos observar a repetição de verbos como "ganhar", "cobrar", "conquistar" e "perder" – eles compuseram um vocabulário dessa memória justamente ao se voltarem à problemática da dominação territorial da Espanha.

No caso do Portugal trecentista, como procuramos denotar ao longo dessas páginas, o estabelecimento e consolidação da memória da reconquista, principalmente ao considerarmos a

[42] *Ibid.,* capítulo CDXCV, p.816.
[43] Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, *op. cit.*, Título X, p. 149.

produção escrita em português, centrou-se no *Livro de Linhagens*, na *Crónica de 1344* e nas posteriores refundições de ambas as obras. Se muitos dos temas presentes nesses textos tinham origens exógenas às fronteiras portucalenses e se encontravam parcialmente estabilizados em uma memória peninsular, isso não diminui a importância que estes galgaram no século XIV luso.

É nesse sentido que a narrativa da Batalha do Salado se torna essencial à compreensão dessa memória da reconquista em Portugal. Escrita por um refundidor, no início da década de 1380, ela nos permite apreender como os *topoi* literários, constantemente retomados nesses escritos, foram rearranjados no texto português, mas também, como essa *refundição* desses padrões narrativos se inseria no âmbito de uma concorrência memorial ibérica acerca do processo de dilatação territorial das monarquias ibérico-cristãs. Um exemplo disso seria o caráter salvífico interposto aos cristãos que participassem daquele embate:

> Senhores, nembrade-vos como Jesu Christo recebeu morte por nos salvar. Esto devemos nós fazer por el todos, prender morte hoje dia, por salvar a sa fe. E os que morrêremos hoje seeremos com el no seu reino celestial, u ha moradas tam nobres que se nom podem dizer por linguas. Os que daqui sairmos se//eremos louvados d'honra, de vitoria, de prez, de bondade de toda cristaidade, que estam em coita e tormenta, com muitas lagrimas por sas faces, esperando que por nós e por os nobles cavaleiros de Castela seeram hoje salvos[44].

Imputadas aos portugueses, essas palavras proferidas no calor da batalha definiam o caráter sacro daquele embate. Os feitos empreendidos em outubro de 1340 eram comparados ao próprio sacrifício de Cristo, de tal modo que os que os que saíssem vitoriosos viveriam em honra pelos bens realizados à Cristandade e aqueles que padecessem nesse embate teriam suas almas salvas. Para Pedro Picoito, esse excerto, tal como as palavras do discurso de Afonso IV aos seus homens, evidenciavam a centralidade dessa faceta salvífica do relato do Salado. Uma característica que, em suas palavras, não encontrava similaridades com textos anteriores redigidos em Portugal[45].

Contudo, a temática em si não era uma novidade em terras portucalenses. Mesmo se nos atermos aos gêneros historiográficos, deixando à parte outros tipos documentais nos quais o vocabulário cruzadístico teve maior penetração, a ideia de que o conflito entre cristãos e muçulmanos ao sul da fronteira pirenaica desembocaria na salvação das almas daqueles que oferecessem seus corpos já circulava entre os portugueses do Trezentos, como podemos observar nesse trecho da *Crónica de 1344*: "E oyeron ý la missa e cavalgaron en nombre de la Trenidad por tal que los que moriessen en la fazienda fuesen más desembargadamente ante Dios"[46].

[44] *Ibid.*, Título XXI, p. 246.
[45] PICOITO, *op. cit.*, p. 139.
[46] Crónica de 1344, *op. cit.*, capítulo DII, p. 828.

O texto supracitado, oriundo das narrativas prosificadas de *El Cid*, apesar de não ser originário do Portugal da altura, tornava-se socialmente relevante àqueles homens. Mais do que isso, ele nos permite traçar algumas reflexões acerca da problemática da salvação das almas, no contexto de consolidação de uma memória da reconquista em Portugal. De fato, se colocadas lado a lado, as percepções presentes na *Crónica de 1344* e na narrativa do Salado demonstram uma propensão enfática ao caráter salvífico do conflito e, especificamente na refundição do *Livro de Linhagens*, uma faceta com ares distintos. Com efeito, o texto de 1380 aglutinava características inovadoras, se contraposto às versões anteriores da *Crónica de 1344* e do *Livro de Linhagens*, ao pontuar a ênfase na salvação das almas e a forma pela qual o divino interviria naqueles embates. Entretanto, não podemos deixar de destacar que esses mesmos argumentos se fizeram presentes na composição dos textos historiográficos portugueses no Trezentos. Se, na *Crónica,* os elementos do embate enquanto uma via à salvação remontavam à centúria anterior, o *topos* da intervenção divina já se encontrava consolidado no contexto ibérico. É nessa lógica que, mais do que simplesmente figurar uma ruptura com o passado, as reconfigurações propostas pelo anônimo refundidor nos permitem perceber como, em pouco mais de quarenta anos, esses *topoi* literários poderiam ser articulados de distintos modos.

Por outro lado, isso não significa que a narrativa de 1380 não representasse inovações ao cenário historiográfico da altura ou que ela pudesse ser lida apenas como uma continuidade dos elementos textuais consolidados nas últimas centúrias. Se considerarmos, por exemplo, que tanto Pedro Afonso quanto o anônimo refundidor compartilharam a *mesma* visão acerca de uma memória da reconquista com base fidalguesca, acabaríamos por diminuir as próprias inovações do último. Esse provável autor, próximo da linhagem dos Pereira e da Ordem do Hospital, retomou em seu texto os *topoi* de uma memória da reconquista porque foi capaz de perceber neles um grau de atualidade que não só era visível para ele como ao público ao qual procurava atingir.

Vale aqui retomar a narrativa acerca da lide de Tarifa, presente na segunda redação da *Crónica*. Inexistente nas versões preservadas da primeira redação, não sabemos se essa versão apresentava similaridades com aquela que poderia ter sido escrita por Pedro Afonso. E, talvez, essa não seja a questão central que podemos observar naquela breve efeméride da batalha. Ela, de fato, acaba por se tornar uma evidência de como aquilo que chamamos de uma memória da reconquista se configurava a partir da retomada de *topoi* específicos – no caso do manuscrito da *Crónica*, ela se remetia tanto à renovação do trauma de 711, quanto à rememoração das ações reconquistadoras. Mais do que isso, a presença desses *topoi* nos permite apreender como esses padrões, compartilhados tanto pelos autores quanto pelos públicos que estes visavam, mesmo que décadas após o conflito e com um decréscimo exponencial dos embates entre cristãos e muçulmanos na península, apontavam para uma

rede de significados consolidada ao longo do Trezentos luso. Circunstância equivalente àquela observada na refundição de 1380 do *Livro de Linhagens*, em especial, nas palavras proferidas pelos portugueses no campo de batalha:

> Os Portugueses andavam per a lide ferindo e derribando, e diziam ũus contra outros: «Senhores, este é o nosso dia, em que havemos d'escrarecer, e este é o dia da vitoria e da honra dos fidalgos. Este é o dia da salvaçom de nossas molheres e filhos e daqueles que de nós decenderem. E este é o dia em que havemos semelhar nossos avoos, que gaanharom a Espanha. Este é o dia da salvaçom das nossas almas; nom se perca hoje per nossa fraqueza. Feiramo-los de toda crueldade[47].

Da via salvífica e da sacralização do embate, até uma percepção genealógica do conflito no qual a lembrança da perda da Espanha e dos feitos empreendidos pelos cristãos que a ganharam beiravam tanto um desejo quanto uma necessidade daqueles homens de se assemelharem aos seus antepassados, esses clamores imputados ao conjunto dos fidalgos portugueses que participaram daquela batalha acabavam por retomar aqueles *topoi* que elencamos no decorrer destas páginas. Princípios que não estiveram fixados somente nessas manifestações dos nobres de Portugal, como igualmente em outros excertos da narrativa, nomeadamente, o discurso do monarca Afonso IV.

As palavras daquele rei, como já destacamos, tinham em sua essência um princípio de historicidade. Elas alinhavam a história peninsular sob uma lógica temporal que principiava com o trauma de 711 e encontrava seu fim em 30 de outubro de 1340. Tal estrutura textual não foi uma novidade implementada pelo refundidor de 1380: se voltarmos, por exemplo, nossos olhares ante os momentos nos quais Fernán González se dirigiu aos seus homens, observaremos como, em termos estruturais, as palavras do conde castelhano e do monarca português se assemelhavam.

Ora, essa constante remissão a um acervo de lembranças desses conflitos – marcado tanto pela evocação de narrativas presentes no texto em si, mas também de outras obras – evidencia como o público consumidor daqueles escritos conhecia aquelas histórias. Esse diálogo inter e intratextual só seria possível se, entre autores e público, fosse compartilhada uma rede de significados que envolvesse aquela memória da reconquista. Essas remissões e equiparações só fariam sentido se leitores e ouvintes conhecessem as histórias da derrota dos visigodos, mas também, os modos pelos quais um senhor se dirigia aos seus homens às vésperas de um combate. O público ao qual aquelas letras eram vertidas detinha, mesmo que superficialmente, um conhecimento tanto sobre o passado ibérico quanto dos códigos textuais dos gêneros narrativos, bem como dos meandros do próprio teatro bélico. Evidências que, justamente, nos permitem inferir que os textos do bastardo de Dom Dinis e suas consecutivas refundições eram dirigidos à aristocracia ibérica – os fidalgos da Espanha.

[47]Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, *op. cit.*, Título XXI, p. 245.

Assim, quando o refundidor de 1380 imputou ao monarca português palavras que incitassem seus homens no vindouro embate do Salado, ele o fez porque esse discurso era crível aos seus leitores e ouvintes. Fosse porquê de fato esses discursos compuseram uma ritualística da guerra ou enquanto código de um gênero textual, como já vimos, essa passagem permitia ao público se conectar com a história. Para uma nobreza de gostos cavaleirescos que apreciava um tipo literário voltado às façanhas militares, a ideia de um rei ou comandante inflamar suas hostes por meio de suas palavras era um lugar comum. O refundidor, ao retomar um padrão narrativo reconhecido por aqueles que integravam sua audiência, era capaz de contar uma história da Espanha, não só pelas palavras ali contidas que remontavam ao papel daquele embate no acervo de memórias ibéricas, mas também pela sua forma. E foi justamente nesse sentido que, na constituição da historiografia do Portugal trecentista, os feitos realizados no campo de Sagoneira percorreram os desenlaces bélicos de Clavijo, Simancas e Las Navas de Tolosa, até afluírem, sob as armas dos fidalgos e pela pena dos historiadores, à beira do rio Salado.